

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Polícia tenta obter dados sigilosos de CPI da Petrobras	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: Leilão de distribuidoras mobiliza governo	5
Título: Maior temor é que empresas sejam liquidadas	7
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: AES planeja ser 'modelo' de geração renovável no Brasil	7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Poder****Autor: Felipe Bächtold****Título: Polícia tenta obter dados sigilosos de CPI da Petrobras**

Inquérito apura se deputado baiano violou sigilo a favor da Odebrecht

São Paulo- A Polícia Federal pediu documentos sigilosos à Câmara dos Deputados para avançar em uma investigação que apura se um deputado federal violou o sigilo funcional a favor da Odebrecht em uma CPI sobre a Petrobras.

O inquérito mira o deputado João Carlos Bacelar (PR-BA) e cita o vice-presidente jurídico da empreiteira, Maurício Ferro, que não é delator e é cunhado de Marcelo Odebrecht. A investigação partiu de depoimentos de executivos do grupo, que se tornaram públicos em 2017.

José Carvalho Filho, ex-diretor de relações institucionais da Odebrecht em Brasília, disse em delação que procurou Bacelar durante a vigência da CPI, em 2015, para conseguir informações sobre sessões secretas da comissão.

Em depoimento a procuradores, ele afirmou que Ferro havia pedido "novidades" sobre a CPI. Segundo Carvalho Filho, após conversa com Bacelar, o deputado providenciou um material.

"Ele [Bacelar] pediu que esperasse e, uma hora depois, me entregou um CD", disse em depoimento. O delator afirmou que não abriu esse disco e que o encaminhou a um emissário, que ficou de entregar a Ferro.

A Comissão de Documentos Sigilosos da Câmara informou à reportagem que respondeu à PF em março, pedindo que os investigadores especificassem mais que tipos de dados precisam. O prazo para a conclusão do inquérito vem sendo prorrogado desde o ano passado.

Nos autos públicos do inquérito, consta que o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), inicialmente alegou dificuldades para colaborar porque a Comissão de Documentos Sigilosos estava sem membros definidos.

A polícia e o Ministério Público Federal não comentam o estágio da investigação.

Na mesma apuração, os policiais apuram se Bacelar agiu a favor da empreiteira de outras maneiras no Congresso, também por meio de uma Medida Provisória de interesse do grupo em 2012 e ao conseguir barrar a convocação de um executivo para sessão de uma comissão da Câmara.

A delação da Odebrecht cita suposto caixa dois em favor do deputado federal nas campanhas de 2006 e 2010, além de mencionar doações oficiais em 2014.

Maurício Ferro foi ouvido no inquérito pela PF em 2017. Em um curto depoimento, ele negou ilegalidades e disse que apenas pediu a Carvalho Filho que acompanhasse o andamento da CPI da Petrobras, sem ter recebido nenhum retorno. Disse desconhecer o episódio do CD ou que algum outro advogado da empreiteira tenha recebido.

Ferro ganhou notoriedade nos últimos meses devido a uma ofensiva de Marcelo Odebrecht contra executivos do grupo que não se tornaram delatores. O empreiteiro, após sair da prisão no fim de 2017, criticou em e-mail "pessoas que optaram por omitir seus erros" e também afirmou em depoimento que pediu que o cunhado encerrasse as atividades do Setor de Operações Estruturadas do grupo, conhecido como departamento da propina.

Marcelo arrolou Ferro e a irmã, Mônica, como testemunhas de defesa em um dos processos da Lava Jato no Paraná contra o ex-presidente Lula, mas eles acabaram dispensados.

Procurado, o deputado João Carlos Bacelar negou qualquer irregularidade e afirma que todos os documentos da CPI da Petrobras são públicos e podem ser acessados livremente. Ele sustenta que apenas uma sessão daquela comissão chegou a ser sigilosa, mas logo teve seu conteúdo tornado público.

Em depoimento, ele disse que não recebeu caixa dois e que em 2006, como concorria pela primeira vez, dificilmente seria apoiado por uma grande empresa.

A Odebrecht diz que todos os esclarecimentos foram prestados às autoridades. Afirmou ainda que implantou um sistema para prevenir e punir desvios e crimes e que seu modelo de gestão valoriza "integridade e transparência".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Lorena Rodrigues****Título: Cade diz que tabelamento do preço do frete configura formação de cartel**

Disputa. Em parecer que será enviado hoje ao Supremo, conselho afirma que tabela acertada pelo governo para encerrar greve dos caminhoneiros inibe a concorrência e deve prejudicar o consumidor; ministro Luis Fux vai julgar constitucionalidade da medida

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) enviará hoje ao Supremo Tribunal Federal (STF) um parecer em que afirma que o tabelamento do frete rodoviário, feito após um acordo feito pelo governo federal para encerrar a greve dos caminhoneiros, cria uma espécie de cartel, tem graves efeitos ao consumidor, prejudica o mercado e representa uma afronta à livre concorrência. No documento, ao qual o Estadão/ Broadcast teve acesso, o Cade faz duras críticas à criação da tabela de preços mínimos pela Medida Provisória 832.

A manifestação do Cade foi feita a pedido do ministro do STF Luiz Fux, relator de ações que questionam a constitucionalidade da medida. Na quarta-feira, Fux enviou questionamento à Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), ao Ministério da Fazenda, à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Cade, e fixou prazo de 48 horas para o governo se manifestar sobre o preço mínimo dos fretes. A decisão do ministro sobre a MP pode ter um forte impacto para o País.

Os caminhoneiros têm dito que, sem o tabelamento do frete, podem até voltar a paralisar as atividades. Na sexta-feira, a Fazenda enviou posicionamento contrário ao tabelamento. A conclusão foi de que a tabela inibe a concorrência e deve elevar custos. A AGU, por sua vez, defendeu a medida e afirmou que o princípio da livre concorrência não é ferido, porque ele deve ser compreendido em análise conjunta com um trecho da Constituição segundo o qual, quando o poder econômico é exercido de maneira "antissocial", cabe ao Estado intervir para coibir o abuso.

O Cade traz o parecer mais severo sobre a impropriedade da medida. O conselho deixa claro que o tabelamento "não apresenta benefícios ao adequado funcionamento do mercado e ao consumidor final, que arcará com os aumentos de preço decorrentes de tal medida". E lembra ainda que o entendimento do Cade ao longo dos anos é que o tabelamento de preços é uma infração à ordem econômica, passível de condenação.

Problema. O preço mínimo para o frete virou uma armadilha para o governo. Já foram editadas duas versões da tabela. A primeira – que está em vigor – atendeu aos caminhoneiros, mas revoltou o agronegócio, que fala em aumentos de até 150% nos preços. A segunda procurou aliviar o custo aos produtores, mas contrariou os caminhoneiros. O governo a revogou. Uma terceira versão está em discussão. Mas o que o STF está avaliando é a constitucionalidade do tabelamento.

Fux exigiu um posicionamento do governo sobre isso, no âmbito de uma ação direta de inconstitucionalidade movida pela Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil). A associação alega que a tabela "decreta o fim da livre iniciativa e da concorrência para "acalmar" uma categoria furiosa, e irá, ao fim e ao cabo, liquidar as empresas de transporte rodoviário de "commodities"". O Cade cita decisões em que condenou tabelas de preços, como nos setores de serviços médicos, frete de combustíveis e agências de viagens, e no próprio setor de transporte de carga e logística, tomada este ano.

"O Cade já analisou este tipo de situação e afirmou de maneira muito categórica de que há grande possibilidade de esse tipo de tabela gerar prejuízos à sociedade brasileira", reforça. Uma das críticas é que a MP estabelece que os preços serão fixados com a participação de representantes das cooperativas e de sindicatos de transportes, que concorrem entre si, o que estimula que combinem comportamentos e caracteriza uma espécie de cartel. Outro ponto é que, ao estipular um custo padrão, quem tem preço inferior poderá lucrar com os valores mínimos estabelecidos, já que não poderá cobrar abaixo da tabela.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Anne Warth

Título: Leilão de distribuidoras mobiliza governo

Venda de empresas estaduais administradas pela Eletrobrás está marcada para 26 de julho, mas há dúvidas se prazo será cumprido

A proposta de privatização das seis distribuidoras estaduais de energia administradas pela Eletrobrás entra numa semana decisiva e ainda preocupa o governo. Mesmo com a publicação do edital de venda das empresas na última sexta-feira e a licitação marcada para o dia 26 de julho, há uma série de etapas a serem cumpridas que envolvem o Congresso Nacional e os acionistas da Eletrobrás.

Há receio com a desmobilização dos deputados, já que a janela de votações ficou menor com o início da Copa do Mundo, que coincide com as festas juninas e será sucedido pelo recesso parlamentar e período eleitoral. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), se comprometeu a votar a urgência do projeto de lei amanhã e o texto na quarta-feira. A aprovação do projeto é fundamental para garantir a atratividade da distribuidora de energia do Amazonas, pois o texto garante que pendências da empresa não vão se transformar em dívidas a serem assumidas pelo novo concessionário.

Porém, há o temor de que a prorrogação do prazo de prestação temporária de serviços das distribuidoras pela Eletrobrás, de 31 de julho para 31 de dezembro, conforme portaria publicada pelo Ministério de Minas e Energia na sexta-feira, possa ser interpretada como uma postergação do leilão. Para não restar dúvidas, a Eletrobrás publicou comunicado em que ressalta que essa prorrogação precisa, necessariamente, ser referendada pelo voto dos acionistas, em assembleia ainda a ser marcada.

Para que os planos do governo se concretizem, todas as etapas precisam ser cumpridas num prazo apertado: em menos de 45 dias, será preciso que diretoria, Conselho de Administração e Assembleia de Acionistas aprovem essa prorrogação. No limite, caso o Congresso Nacional indique que não vai aprovar o projeto nos próximos dias, os acionistas podem decidir votar contra a prorrogação até 31 de dezembro e concluir que é mais barato liquidar as empresas que não forem vendidas no leilão. Nessa hipótese de liquidação, as empresas seriam extintas e todos os empregados seriam demitidos.

O que o governo quer deixar claro aos deputados é que a liquidação é inevitável caso não haja investidores interessados em comprar as empresas no dia 26 de julho, e que, para viabilizar o leilão, é necessário aprovar o projeto de lei.

Amazonas. O governo avalia que a venda das distribuidoras da Acre, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí deve ocorrer sem problemas, mas há dúvidas em relação à Amazonas Energia, a mais endividada e que mais gera prejuízos à Eletrobrás. Por isso, o edital de licitação prevê a possibilidade de deslocar o prazo de venda das empresas.

Para que os efeitos do projeto de lei sejam válidos, ele precisa ser aprovado na Câmara e no Senado e, depois, sancionado pelo presidente Temer. Como ainda não há uma estimativa de aprovação do projeto no Senado, já que ele nem saiu da Câmara, é possível que a licitação da Amazonas Energia seja postergada em um ou dois meses. No entanto, os técnicos envolvidos nas negociações com deputados também já estão conversando com os senadores para sensibilizá-los sobre essa urgência.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor:****Título: Maior temor é que empresas sejam liquidadas**

O governo tem centrado esforços para realizar a licitação para a venda das seis distribuidoras de energia administradas pela Eletrobrás ainda este ano. Mas é preciso convencer os acionistas da companhia de que o melhor cenário é aceitar a prorrogação do período de gestão da Eletrobrás até 31 de dezembro e que a venda da distribuidora Amazonas Energia, caso a primeira tentativa não seja bem sucedida, vai necessariamente ocorrer no segundo semestre deste ano.

O receio é que os acionistas não acreditem no poder de convencimento do governo junto aos parlamentares e decidam votar pela liquidação das empresas que não forem vendidas. Para o mercado, no entanto, a incerteza é outra: não se sabe se o candidato que ganhar a disputa pela Presidência da República nas eleições de outubro vai manter a disposição de privatizar as distribuidoras de energia.

Por isso, a oportunidade para a venda dessas distribuidoras de energia pode ser encerrada no fim deste ano, antes do começo do novo governo. / A.W.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia****Título: AES planeja ser 'modelo' de geração renovável no Brasil**

Concluída a venda da participação na Eletropaulo, a americana AES segue tendo planos de crescimento no Brasil. Segundo Julian Nebreda, presidente da AES Brasil, o principal desafio da companhia no país é consolidar a AES Tietê como "empresa de geração de energia modelo". O executivo rejeitou falar em "missão cumprida" depois da venda bem-sucedida da participação do grupo na distribuidora paulista para a italiana Enel, por R\$ 1,27 bilhão. "Ainda temos muito o que fazer no Brasil", afirmou.

"Temos um plano de crescimento ambicioso de longo prazo", disse Nebreda, em entrevista concedida ao **Valor** na sede da empresa, ainda localizada em Barueri, na região metropolitana de São Paulo. O executivo contou que a AES Brasil deve

sair do prédio, que pertence à Eletropaulo, e buscar um espaço próprio em São Paulo.

O crescimento da AES Tietê deve ser alcançado por meio de aquisições de projetos de geração de energia renovável, além do investimento em novas tecnologias, como baterias para armazenamento de energia, geração distribuída e prestação de outros tipos de serviços. "A AES é uma empresa global, e decidimos nos concentrar na Tietê como nosso veículo de crescimento", disse Nebreda.

A empresa pretende aumentar sua presença na área de tecnologia, com foco ainda maior nas baterias para armazenamento de energia, que podem ser implementadas de forma híbrida nos seus parques eólicos e solares. A ideia é que a tecnologia ajude a minimizar o caráter intermitente dessas fontes.

Considerando o câmbio do fechamento da venda da participação na Eletropaulo, há duas semanas, a AES recebeu cerca de US\$ 310 milhões. Segundo a americana, os recursos serão utilizados para pagamento de dívidas.

Para Nebreda, a operação mostra como o plano de geração de valor desenhado pela distribuidora de energia "deu certo".

"Para onde vai o dinheiro não é relevante. O que é relevante é nosso plano para o Brasil. Estamos focados no crescimento da AES Tietê, em novas tecnologias, baterias, programas de geração de valor para os clientes", disse o presidente da AES Brasil.

AES Tietê não pretende investir em projetos novos do zero, mas avalia aquisições de ativos operacionais

Como a AES é uma empresa com atuação global, a decisão de onde aplicar determinados recursos segue diversos interesses. "Mas nós decidimos que iríamos nos concentrar na Tietê como veículo de crescimento no Brasil. Dentro desse processo, a venda da Eletropaulo aconteceu", disse.

A AES Tietê, tradicionalmente uma empresa focada em geração de energia por meio de hidrelétricas, tem investido nos últimos anos em aquisições de projetos de fontes renováveis, como eólica e solar. "Não temos um foco concreto entre eólica ou solar, mas há mais oportunidades de crescimento em eólica no Brasil hoje em dia", disse Nebreda.

A companhia está se concentrando em avaliar aquisições de ativos já em operação ou em via de serem concluídos. "É o mesmo que já fizemos com a compra de Alto Sertão II", disse o executivo, referindo-se ao parque eólico comprado ano passado da Renova Energia, localizado na Bahia.

A prioridade por ativos gerando caixa se explica, em parte, pela alavancagem da companhia, que está elevada devido às aquisições recentes. Outro motivo é que a AES Tietê tem como meta que 50% do seu Ebitda (sigla em inglês para resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) seja gerado por fontes não hídricas a partir de 2020.

"Vemos uma grande oportunidade de consolidação no setor de geração renovável. Ainda há muitos agentes pequenos, e boas oportunidades de consolidação, sempre olhando sinergias operacionais e comerciais, que possam gerar valor para a companhia."

A AES Tietê não tem projetos cadastrados para o leilão A-6 marcado para agosto, justamente pela prioridade aos ativos operacionais no mercado.

No setor de energia solar, a AES Tietê espera crescer com projetos de geração distribuída. Recentemente, a companhia fechou um acordo para construir uma fazenda solar de 5 megawatts (MW) para a Drogaria Araújo, rede de farmácias de Minas Gerais. A energia será injetada na rede e, em troca, a varejista terá desconto em sua conta de luz. "Estamos trabalhando com outros grandes clientes em São Paulo e Minas Gerais, esperamos anunciar algo em breve", disse Nebreda.

Outro grande foco da AES Tietê é no desenvolvimento de novas tecnologias e serviços, principalmente as baterias para armazenamento de energia. Segundo Nebreda, mesmo que esse segmento ainda não tenha ganhado força no setor elétrico brasileiro, a expectativa é de um alto potencial no país. "Acho que vai haver uma explosão no futuro", disse.

As turbulências políticas não assustam a companhia, que está no Brasil há 20 anos e se concentra no longo prazo. "Processos eleitorais são turbulentos, mas confiamos no funcionamento das instituições do Brasil", disse.

MME / ASCOM .